

Ataques e censuras a docentes que discutem gênero na educação básica no interior do Estado de Santa Catarina

Attacks and censorship of teachers who discuss gender in basic education in the interior of the state of Santa Catarina

Assis Felipe Menin

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

<https://orcid.org/0000-0002-7500-866X>

E-mail: a.f.menin@gmail.com

Recepción: 30.11.2023

Aprobación: 20.12.2023



Resumo: O presente trabalho pretende demonstrar como a ascensão e a influência de uma direita radicalizada, com características neoliberais e neoconservadoras, a nível global, impactou as discussões de gênero e diferença sexual nas escolas do interior de Santa Catarina a partir da emergência de uma ideologia antigênero. Este trabalho apresenta ainda como ocorre esse ataque local, quais são as suas estratégias (dispositivos) e qual o impacto dessas ações na comunidade e indivíduos pertencentes a ela. Utilizando do enfoque da História Oral e adotando uma metodologia da pesquisa multissituada, entrevistamos docentes, das 6 regiões do estado catarinense. Esses ataques ocorreram (e ocorrem) de forma organizada por meio de censuras e perseguições nas redes sociotécnicas, de políticos, religiosos, imprensa e da própria comunidade escolar ao abordar a temática em questão. Apontamos ainda que a intenção do neoconservadorismo é o silenciamento dessas temáticas em sala de aula. No entanto, essa tentativa de censurar e proibir, tem tido efeito contrário e positivo na vontade de saber mais, por parte dos(as) estudantes e na própria resistência dos(as) docentes a esses ataques.

Palavras-Chave: Escola, (Neo)conservadorismo, Ideologia Antigênero, Interior de Santa Catarina, Perseguição.

Abstract: This paper aims to demonstrate how the rise and influence of a radicalized right-wing, with neoliberal and neoconservative characteristics, at a global level, has impacted discussions of

gender and sexual difference in schools in the interior of Santa Catarina (Brazil) from the emergence of an anti-gender ideology. This paper also presents how this local attack occurs, what are its strategies (devices), and what the impact of these actions is on the community and individuals belonging to it. Using the Oral History approach and adopting a multi-situated research methodology, we interviewed teachers from the 6 regions of the state of Santa Catarina. These attacks have occurred (and continue to occur) in an organized manner through censorship and persecution on sociotechnical networks, by politicians, religious leaders, the press, and the school community itself when addressing the issue in question. We also point out that the intention of neoconservatism is to silence these issues in the classroom. However, this attempt to censor and prohibit has had the opposite and positive effect of increasing students' desire to learn more and the resistance of teachers to these attacks.

Keywords: School, (Neo)conservatism, Anti-Gender Ideology, Interior of Santa Catarina (Brazil), Persecution.

Eu aprendi com a professora Marlene de Fáveri que situações de assédio, de perseguição, tudo o que o assediador quer é que a vítima silencie, então, o que que a gente precisa fazer? A gente precisa fazer o maior barulho possível. E dar maior transparência

[As perseguições e censuras]

(Sócrates¹, docente de História, Vale do Itajaí. Grifos nossos)

INTRODUÇÃO

A educação está sob ataque. O gênero está sob ataque. A democracia está sob ataque. A fala acima é de um professor da região do Vale do Itajaí², interior do estado de Santa Catarina, que sofreu ataques e difamação nas redes sociais, na imprensa e, principalmente, por parte de políticos(as) que fazem de seu capital político e simbólico uma carreira, acoassando, perseguindo e censurando docentes da educação básica. A professora Marlene de Fáveri, citada como exemplo do professor Sócrates, é um símbolo de resistência em Santa Catarina e no Brasil. O seu caso de perseguição foi um dos primeiros do país a ser reconhecido nacionalmente após ser instrumentalizado por conservadores(as) no ataque a docentes que discutem gênero, diversidades/diferenças e feminismos em instituições de ensino. A partir do caso da professora Marlene, vários(as) políticos(as) ganharam eleições capitaneando capital político e simbólico após discursos de ódio contra o conceito de gênero e a docentes que discutem essas temáticas em sala de aula.

O trabalho aqui apresentado é parte da pesquisa de doutorado em Ciências Humanas, desenvolvida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

¹ Todos os nomes foram anonimizados a fim de manter a privacidade dos(as) docentes.

² Em razão de alguns casos estarem em processo judicial, e conforme as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa, opta-se por não mencionar as cidades dos casos estudados, apenas as regiões.

e que procurou compreender os ataques, perseguições e censuras a docentes do interior de Santa Catarina que trabalham com temáticas na chave dos direitos humanos. Na busca por respostas desse movimento global antigênero e suas interferências no local, utiliza-se aqui de uma metodologia da multissituidade. Essa metodologia, já bem utilizada na etnografia antropológica (Marcus, 1995), mas pouco utilizada na história, tem recentemente encontrado espaço na História Global. Citando Marcus (1995), o historiador Sebastian Conrad (2019, p. 149) aponta que na análise global/local, é preciso “seguir passos” desses conflitos.

Nesse sentido, observou-se que esses ataques são maiores no interior do estado, tanto pela ligação de deputados(as) com suas bases eleitorais quanto pela quantidade populacional e, respectivamente, a dificuldade de abordar esse tema a depender do lugar de fala desse(a) profissional. Esse lugar de fala diz respeito tanto ao contexto geográfico, quanto a quem está falando e do que está falando. Ao todo, foram mapeados 41 ataques a docentes de Santa Catarina³, que sofrem ou sofreram algum tipo de assédio, perseguição e/ou intimidação por trabalhar, na escola, questões de gênero e de sexualidades dissidentes⁴, temas considerados de “esquerda”, ou apenas por expressar sua visão de mundo nas redes.

Destes 41 casos, foram 11 entrevistados/as/colaboradores/as, das quais nesse trabalho, trago apenas algumas, pelas limitações que as normas exigem. Mas ressalta-se que a representatividade geográfica foi importante para entendermos a situabilidade regional dos conflitos. Foram colaboradores(as) de 6 regiões do estado: Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Planalto Norte, Oeste, Sul e Grande Florianópolis. Apenas a título de informação, foram encontradas exatamente 100 matérias⁵ noticiando “ideologia de gênero” e “escola” em mais de 35 cidades catarinenses, de diversos portais e sites de notícias *online* locais. Evidentemente, aqui são apresentados apenas alguns exemplos.

³ Nesse estudo em particular, não são analisadas as investidas e restrições impostas a docentes na capital do estado, Florianópolis. Todos os ataques que conseguimos encontrar se iniciaram a partir 2009, com uma docente de Lages, culminando com um aumento progressivo no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

⁴ Utiliza-se o termo sexualidades dissidentes para pensar sexualidades, masculinidades e feminilidades, dentre outros modos de ser e estar no mundo que desestruturam a concepção binarista cisheteronormativa. Importante destacar que a sigla LGBTQIAPN+ tem crescido em letras e representatividade nas últimas décadas e estando dentro de um contexto maior de resistências e modos de existência e subjetividades das sexualidades dissidentes. Mesmo assim, pensamos que letras não correspondem ao ser e estar no mundo, de forma que essas podem sempre excluir em vez de incluir.

⁵ Uma dificuldade encontrada na busca dessas notícias é que muitas das matérias não possuem mais o link original, impossibilitando o acesso. Outro problema é que alguns sites excluem matérias mais antigas. Esse número certamente é maior. Essa busca foi realizada pelo período de 2009 até junho de 2022.

A partir desses casos, percebe-se como a categoria de gênero mobiliza pânico morais e sexuais. Tal categoria ganha importância e movimento dentro do Vaticano no final do século XX e mais especificamente no início do século XXI, se deslocando e interiorizando-se por todo o ocidente. Esse pânico ganha mais intensidade quando determinados grupos religiosos passam a ter espaço em diferentes meios que até então não eram garantidos. Herdt (2009) irá denominar esse sentimento ressentido de raiva social às feministas e aos movimentos de dissidentes sexuais e os seus direitos conquistados.

O pânico moral e sexual é um dispositivo utilizado como escudo na tentativa de barrar as discussões sobre gênero e dissidência sexual no contexto escolar.

Dessa forma, entende-se por *pânico moral e sexual*, nesse contexto de sexualidades e gênero na escola e na esteira de Miskolci e Campana (2017, 2021), Biroli, Machado, Vaggione (2020) como um conjunto de ações, políticas ou não, que incorporadas a gênero e sexualidade podem apresentar uma ameaça múltipla à manutenção da sociedade conservadora, bem como sua visão de mundo. Essa família idealizada, leia-se, pensada na única identificação cisheterossexual, de rechaço às sexualidades assim consideradas abjetas por essa “hegemonia” heterossexual e patriarcal, é uma família imaginada nos valores tradicionais. Porém, como afirma Miskolci e Campana (2017), não é um grupo de empreendedores morais coesos, é diverso e depende do contexto, meio, quem usa e como é usado o termo gênero.

O pânico moral atual não se concentra em uma única figura, envolve, também, um conjunto de elementos e atores interligados, portanto, é fractal no sentido de que traz elementos que se superpõem. Exemplo disso é a imaginada “ideologia de gênero”, perigosa na visão dos conservadores porque pode sexualizar as crianças e que, ao mesmo tempo, pede a vigilância dos pais para com a escola. Em outros casos, o medo da perda ou desonra da masculinidade hegemônica por essa mesma “ideologia de gênero” que feminiza meninos.

Esse sentimento de medo e desconfiança com esse *Outro*, que é quase sempre o desviante, o rotulado, é o que não se encontra nas regras dominantes, produzindo ansiedade. Esse mal-estar diante do outro precisa ser saciado, no sentido de que se encontre semelhantes, que estejam com esse mesmo mal-estar, subjetividades que se reconhecem e se identifiquem, partilhando das mesmas ideias.

Com o advento da *internet* e a sua consolidação, em meados dos anos 1990, portanto, logo após os discursos antigênero formulada na conferência da ONU em Pequim, indivíduos tornaram-se mais protagonistas no acesso e no processo da informação. Já nos anos 2000, os canais alternativos de informação, como

o *Facebook*, o *twitter*, o *whatsApp*, *Telegram* e o *Youtube* entre outros, deram vazão a essa ansiedade, e por vezes construída de fortes emoções morais, com um processo de reação e de protagonismo no alerta contra os desvios e os “desviados”, que nem mesmo a mídia liberal conservadora foi capaz de provocar, ocasionando o efeito de realidades paralelas subjetivas e promovendo as *Fake News*.

Dentro do contexto dessas hiperbólicas “notícias” fractais, irrompe a irrealidade, a ansiedade sexual, a vitimização – no caso de cristãos e heterossexuais que se dizem perseguidos -, o *heteronacionalismo* e o medo das sexualidades dissidentes que encontram o *dispositivo* perfeito nas crianças e na escola para provocar *pânico moral e sexual*. Neste contexto de irrealidade é necessário que pessoas de “bem” defendam as crianças desse perigo. Para além da esquerda, como aquela culpada, outras instituições, pessoas, emissoras etc., estariam por trás dessa “nova ordem mundial” que ameaçam à família.

O dispositivo aqui mobilizado é o conceito utilizado por Michel Foucault (1988), um conjunto de normas e ações, institucionais ou não, que provocam repressão e resistências quando se trata de gênero e sexualidade. A partir desse dispositivo, começamos a entender que quanto mais se fala de gênero e de sexualidade nas escolas, mais a ansiedade social quer saber mais sobre. Ou ainda quanto mais se proíbe, mais se quer saber. Ao ser questionado sobre o seu livro “História da sexualidade”, e o uso do conceito de dispositivo, Foucault define nas seguintes palavras:

O que eu tento descobrir sob esse nome é, primeiramente, um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: do dito, tanto quanto do não dito, eis o elemento do dispositivo. O dispositivo propriamente é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (Foucault, 2004: 45).

Portanto, o pânico moral e sexual em torno de gênero e sua discussão nas escolas é um dispositivo utilizado para reprimir, mas ao mesmo tempo fazer e reconhecer a diferença que constituem a “sagrada família catarinense”.

Utiliza-se aqui o conceito de família *heterocêntrica/heterocentrada* (Uziel, Mello, Grossi, 2006) e patriarcal, porque nega-se a diversidade familiar, outros arranjos familiares que não estão dentro de um imaginário heterossexual patriarcal. A escola, portanto, cria e recria representações e imaginários que constituem o centro de uma família heterocentrada e que conseqüentemente vê as sexualidades dissidentes como ameaça desse centro.

MEDO, ÓDIO E ANSIEDADE SOCIAL: A CONSTRUÇÃO DO(A) INIMIGO(A) E DO PÂNICO MORAL

A agenda do antifeminismo como capital político no Brasil e em Santa Catarina emerge com mais intensidade com a plataformização da informação e na horizontalidade do acesso às redes sociotécnicas. Enquanto a assim denominada “Quarta Onda do Feminismo” ganhou espaço nas redes sociais e na imprensa, sobretudo a partir de 2011, a reação contrária a esse movimento também começava a ganhar destaque. Cresce uma massa polarizada e ao mesmo tempo homogênea nas manifestações de junho de 2013 que se interioriza em médias e pequenas cidades⁶ contra a corrupção, que desemboca no antipetismo e na repulsa da esquerda, e numa contínua dilatação com a Operação Lava Jato⁷. Somado o descontentamento contra a corrupção financeira, um outro tipo de corrupção, a moral, integra a ordem do dia na política de conservadores e nos embates nas discussões de gênero no Plano Nacional de Educação, em 2014 e 2015. O sentimento do antipetismo e da antiesquerda em Santa Catarina expressou-se pelas urnas em 2014, quando a candidata Dilma Rousseff (PT) obteve pouco mais que 35% dos votos⁸, sendo o estado que menos votou na petista.

Em Santa Catarina esse movimento neoconservador teve, ainda, a participação de entidades e organizações liberais. Os chamados Think Tanks passaram a atuar diretamente no estado e na fiscalização nas salas de aula. Um exemplo disso foi como o Movimento Brasil Livre (MBL) apoiou o “Escola Sem Partido” e abraçou o movimento antigênero na educação. Essas organizações ajudaram a influenciar a opinião pública, bem como o imaginário negativo das discussões de gênero nas escolas. Termos ambíguos, como sexualização precoce, “ideologia de gênero”, erotização, “kit gay”, entre outros, passam a fazer parte de um capital

⁶ Em que pese os recentes debates na historiografia sobre a caracterização e a natureza política dos eventos de junho de 2013, em Santa Catarina, diversas cidades participaram das manifestações, ao todo foram cem mil catarinenses, segundo o jornal *Estadão*. Essa mobilização ocorreu nas cidades com maior concentração de habitantes, onde partidários com bandeiras de partidos de esquerda foram vaiados. Na pequena cidade do autor desse trabalho, Campos Novos, com pouco mais de 34 mil habitantes, onde a reivindicação não era sobre a tarifa de ônibus, houve manifestação. Os cartazes da pequena cidade eram sobre corrupção e o despertar do Brasil “contra tudo que tinha de errado”. As manifestações tinham tomado outro rumo. Sobre o assunto os dados dessa nota ver a matéria citada em: <https://www.estadao.com.br/brasil/cem-mil-vao-as-ruas-em-sc-florianopolis-fica-isolada-por-4-horas/>. Acesso em: 23 de set. de 2023.

⁷ Operação da Polícia Federal do Brasil para investigar casos de corrupção no governo. Nessa investigação, lideranças políticas importantes brasileiras foram indiciadas, como o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a Presidente, à época, Dilma Rousseff (PT).

⁸ Sobre o resultado das eleições de 2014, ver a notícia: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/>. Acesso em: 26 set. 2023.

político e simbólico construído por políticos(as) e religiosos(as) para construção do pânico moral e sexual.

Compreendo que o pânico moral e sexual construído sobre gênero na escola é uma categoria que se estabelece a partir de uma fronteira. Uma fronteira entre nós e eles, ou uma espécie de estabelecidos e *outsiders*, na caracterização de Norbert Elias e John Scotson (2000), em que nós somos a naturalidade das coisas, a ideia de natureza, as vítimas e os outros são o errado, o estrangeiro, o desumano. Isso é uma característica presente no processo de colonização e do neocolonialismo das sexualidades não-cisheterossexuais que o pânico moral sexual tem demonstrado em nível global. Portanto, esse Outro é uma ameaça.

É preciso demarcar que esse tipo de ensino, para neoconservadores, é desordem (Douglas, 2012) porque foge do conhecimento que lhes é natural, portanto, um “perigo”. No caso da convergência dos movimentos conservadores e políticos de direita, “Escola Sem Partido” e dos contrários ao debate de gênero nas escolas, “ideologia de gênero”, é a tríade que Miguel (2016) denominou de heteróclita, ou seja, deu-se da junção de libertarianismo, o fundamentalismo religioso, sobretudo na política.

A pauta moral por parte dos evangélicos esteve presente desde o momento em que os seus líderes foram eleitos, mas ganha força a partir de 2011 com o “kit gay”, após as jornadas de junho de 2013⁹, com os planos de educação e com a popularidade de figuras do meio evangélico. Embora os partidos do início da segunda década deste século não se definam todos confessionais, unir-se-ão em uma coalisão (Machado, 2020) na cruzada antigênero e na pauta moral dos “bons costumes” do neoliberalismo com o neoconservadorismo (Miskolci, 2021; Vaggione, 2020). Apesar de muitas vezes se associar neoconservadores e neoliberais como sinônimos, eles possuem diferenças. Como apontam Moll & Damasceno (2020), ambos movimentos emergem nos anos 1960 e 1970, nos Estados Unidos. Os neoconservadores possuíam, e possuem, o mesmo pensamento quando se refere ao estado mínimo e suas interferências na economia e consequentemente na família.

O gênero serviu como um catalisador não apenas da promoção do pânico moral e sexual, mas sobretudo no facilitamento de capital político de determinados indivíduos que capitanearam a pauta dos costumes e de um sentido de família

⁹ Liderado na sua maioria por jovens através das redes sociais, o movimento inspirado em outros, como a Primavera Árabe (2010), trouxe ao centro das mobilizações um grupo infiltrado de direita e mesmo de extrema direita que vai ter destaque importante no *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016.

ideal. Políticos e políticas de Santa Catarina utilizaram (e utilizam) desse momento para construir suas carreiras políticas, religiosos para impor suas pautas e personagens do “meio de campo” do empreendedorismo moral (Miskolci, 2021) para defender pautas neoliberais que convergem com o neoconservadorismo, sobretudo nas redes sociais (Biroli, Machado, Vaggione, 2020, Miskolci, 2021).

Em Santa Catarina, o imaginário da escola como extensão da família tem se consolidado, seguindo na esteira de Apple (1997), na escola do pensamento e no imaginário do conservador catarinense, questões de violências sexuais, de gênero e discriminações são assuntos a serem tratados em casa. O que não é diferente em outras partes do mundo onde movimentos semelhantes atuam.

Dentro dessas ameaças estão as crianças, jovens/adolescentes, que, como aponta Rubin (2018), são uma personagem central na construção desse dispositivo que causa medo e pânico moral e é diretamente associada à sexualidade infantil e a pervertidos sexuais, homossexuais, masturbação e imoralidades sexuais outras (Foucault, 1988). Dois personagens se tornam protagonistas nesses momentos de crise, a igreja e os políticos. Os dois atuam estrategicamente para construir dispositivos que provoquem pânico moral e sexual e com isso angariar capital religioso e político, respectivamente, os quais terão algum impacto nas comunidades e nos indivíduos pertencentes a ela.

Com o dispositivo antigênero lançado, a crítica aos docentes, como inimigos da família, da educação e do estado se efetiva em Santa Catarina. Essa crítica pode ser definida a partir de três dispositivos ou do que chamo de três Ds: a deslegitimação do conteúdo, a demonização de quem discute e o duplo padrão de crítica, este último quando são apontadas como justificativas contrárias à discussão nas escolas a sexualidade do(a) docente, suas posições políticas e a “visão desnecessária” de abordar o assunto. No caso da convergência dos movimentos conservadores e políticos de direita, “Escola Sem Partido” e dos contrários ao debate de gênero nas escolas, “ideologia de gênero”, é a tríade que Miguel (2016) denominou de heteróclita, ou seja, deu-se da junção de libertarianismo, o fundamentalismo religioso, sobretudo na política, e do dispositivo usado por conservadores e que ressurgiu de tempos em tempos para provocar mobilizações: o velho comunismo.

Um elemento importante na consolidação do movimento antigênero e contra a “doutrinação” nas escolas catarinenses, foi a imprensa, como veremos no próximo tópico. A perseguição ao docente foi legitimada por parcela da imprensa catarinense na desqualificação do(a) docente. É preciso atentar que a mídia hegemônica, no início da construção antigênero, seja em nível nacional, seja nos

grandes jornais de circulação catarinense, ou colunistas de pequenos jornais, abriu espaço para comentadores e jornalistas com visões ultraconservadoras e até reacionárias sobre gênero e sexualidades dissidentes.

A interiorização dos pânicos morais em torno do gênero em Santa Catarina teve tanto a participação da imprensa local, mais conservadora, quanto a interiorização da internet. Esse fenômeno não é apenas catarinense ou brasileiro, mas global. Brown (2019) aponta que “a crescente segmentação do consumo da mídia da TV a cabo ao *Facebook*” afastou ainda mais o homem médio e conservador da mídia hegemônica, justamente por consumir mídias alternativas, acelerando o processo na Pandemia de COVID-19¹⁰. Nos Estados Unidos, foi um boicote à TV a cabo; no Brasil, foi um boicote ao canal da Rede Globo de televisão (CESARINO, 2022), sobretudo no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

As redes sociais possibilitaram a aproximação afetiva e subjetiva de indivíduos com pensamentos semelhantes, no que podemos chamar fluxo vertical digital dos ativismos antiesquerda, ou antiestrutura, como define Cesarino (2022). Por meio das redes, os pensamentos iguais ou semelhantes encontram-se e compartilham com outros grupos, outras plataformas e outros aplicativos da *web* as suas posições em diferentes espaços, ambientes e regiões.

Nesse contexto de plataformização de informação, profissionais da educação que discutem sexualidades dissidentes, feminismo ou gênero parecem ser os objetos de ataque preferidos dos neoconservadores que se utilizam das redes sociotécnicas para se informar, estabelecer capital político e atacar escolas e docentes.

A CENSURA, A PERSEGUIÇÃO E A DESQUALIFICAÇÃO DO(A) DOCENTE CATARINENSE

A imprensa não é neutra. Em locais onde esse tipo de mídia possui menos circulação e impacto cotidiano em relação aos grandes jornais, como o *Diário Catarinense* bem conhecido no estado, as mídias alternativas procuram capturar a atenção dos moradores locais. Diferente dos grandes veículos de imprensa, as mídias locais, impressas ou online, se destacam nas informações que dizem respeito ao município ou à região, detalhando e trazendo mais informações que afetam a comunidade local e seus indivíduos.

¹⁰ Um dado relevante é que todos(as) os(as) docentes colaboradores(as) desta pesquisa sofreram algum tipo de cerceamento durante a ascensão do bolsonarismo, a partir de 2016, mas sobretudo em seu governo. Das 11 colaborações, 8 desses ataques foram durante ou após a pandemia.

A discussão nos jornais catarinenses sobre “ideologia de gênero” foi capitaneada também por uma significativa presença de Igrejas Pentecostais e Neopentecostais, além da Igreja Católica. Isso pode ser explicado por dois motivos: a facilidade de grupos neoconservadores religiosos atuarem na interiorização dos municípios e, **ademais, a pouca atuação de defensores dos direitos humanos nas cidades do interior, ainda que existam e tenham se manifestado contra ações conservadoras de políticos locais, também contribui para o problema.** Um exemplo dessa mídia religiosa é a *Gospel Prime*, site que se destina ao público evangélico¹¹, está sediado no município de Criciúma e possui uma média de 2,8 milhões de acessos por mês. Sendo suspeito, em 2018, de receber verba de deputados(as) evangélicos¹², é um dos principais divulgadores detratores da “ideologia de gênero” no país.

Parte da imprensa local catarinense, não mais apenas do seguimento religioso, aderiu ao novo governo do presidente de direita Jair Bolsonaro (2019 – 2022), sendo seu horizonte de expectativas um governo que rechaçaria a mídia hegemônica e exaltaria a mídia local. Em seu primeiro ano de governo, ex-presidente Bolsonaro, recebeu um grupo de associações de imprensa e de rádio dos três estados do sul do país em Brasília e afirmou que “A imprensa regional é importante para o futuro da nação”.¹³ Em seu discurso, o presidente da Acaert (Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão) expressou o encontro dessa forma: “Nosso público aprendeu a **desconfiar da mídia mal-intencionada, porque temos um propósito: pensar e agir diferente.** Em primeiro lugar está **nossa comunidade, a nossa região, o nosso estado**” (grifos nossos)¹⁴.

Ao se alinhar ao governo, parte da mídia local, incorpora a “ideologia de gênero” como um inimigo interno que precisa ser combatido. Ao produzir man-

¹¹ Vale ressaltar que nem todos os grupos de religiosos são fundamentalistas e conservadores. Rotulá-los dessa forma não nos permite compreender sua pluralidade e diferença. Existe uma quantidade significativa de ações, ONGs e Igrejas Cristãs que defendem pautas das sexualidades dissidentes. Para ficar apenas no Brasil, citamos alguns exemplos dessa resistência. Como os(as) *Católicas Pelo Direito de Decidir*, x *Evangelicxs Pela Diversidade*, o(a) *Diversidade Católica.com*, o(a) *Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT*, o/a *Pastoral da Diversidade*. Entre as Igrejas podemos citar a *Igreja Contemporânea Cristã* e a *Congregação Cristã Nova Esperança* entre tantas outras.

¹² Matéria disponível na revista *Época* sobre a *Gospel Prime*, link de acesso disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/brasil/noticia/2018/04/o-exercito-de-pinoquios.html>. Acesso em: 23 set. 2023.

¹³ Notícia disponível no site: <https://jornalibia.com.br/pais-mundo/pais/a-imprensa-regional-e-importante-para-o-futuro-da-nacao-afirma-presidente-bolsonaro/>. Acesso em: 29 set. 2023.

¹⁴ Publicado no Jornal *O Município*, em 22 de ago. de 2019. Esse jornal é um dos mais críticos à “ideologia de gênero” no Vale do Itajaí. Matéria disponível em: <https://omunicipio.com.br/presidente-bolsonaro-recebe-camisa-do-brusque-em-encontro-com-midia-regional/>. Acesso em: 01 out. 2023.

chetes sensacionalistas sobre gênero nas escolas, sexualização e doutrinação, isso se torna também um caça clique dos portais locais¹⁵. A mídia hegemônica teria a sua verdade sobre gênero nas escolas, “nós teríamos a nossa local”, o desprezo pela mídia hegemônica “mal-intencionada” se alinha com a imprensa religiosa. A imprensa local tem utilizado e dado voz a esses políticos locais antigênero, de forma a criar um imaginário de ordem e “restauração”.

Esse “restauro”, que nada mais é do que uma tentativa de barrar as discussões nas escolas, teve apoio de diversas organizações religiosas que tiveram uma atuação importante nos planos municipais do interior catarinense, na tentativa de impedir essas discussões. Em cidades onde o bolsonarismo possui uma maior atuação, os embates envolveram diversas redes religiosas.

Caso de Balneário Camboriú, onde a União dos Pastores de Balneário Camboriú (Unipas) atuou na criação do projeto “Escola Sem partido” e mais tarde no impedimento das discussões de gênero. O pastor convidado para expor sua contrariedade a esse debate utilizou do *dispositivo* cristão da família como educadora. Segundo o pastor, “Ensinar é papel da escola. Educar é papel da família”¹⁶, pensamento esse que vai ao encontro do neoconservadorismo neoliberal, que entende a família dos outros e a própria instituição pública como uma extensão da sua casa e da sua família (Seffner, 2022).

Em Brusque, uma das cidades mais atuantes no combate ao gênero nas escolas e de uma base de apoio de Bolsonaro, tanto por parte de políticos quanto de religiosos e empresários. O engajamento nessa causa comum teve a participação de docentes universitários, promotores de justiça, psicólogos, procuradores da justiça e juiz de direito na retirada dos termos em 2015 e depois em projetos contra a pornografia nas escolas em 2021. O Grupo de *Proteção da Infância e Adolescência de Brusque* (Grupia), instituição ligada à Igreja Católica, foi atuante na retirada, de qualquer menção a gênero e orientação sexual, do plano. Ainda, em 2015, os discursos sobre o Plano Municipal de Educação do município despertaram o interesse de vereadores, a partir de teorias conspiratórias envolvendo a temática. A ação antigênero por parte da Igreja Católica também teve articulações entre dioceses vizinhas e estados vizinhos. Caso de Chapecó, que em 2015 divulgava uma nota do Arcebispo de Frederico Westphalen/RS, alertando sobre

¹⁵ A maioria desses portais estão vinculados a Rádios que muitas vezes transmitem a notícia durante sua programação.

¹⁶ Matéria disponível em <https://www.clickcamboriu.com.br/politica/2015/09/vereadora-marisa-insiste-na-ideologia-de-genero-no-plano-municipal-de-educacao-129559.html>. Acesso em: 01 out. 2023.

“os riscos da ideologia de gênero” nos planos de educação. A nota¹⁷ alerta sobre o perigo estrangeiro do “*gender*” e possui elementos de teorias conspiracionistas do norte global. Esses discursos continuaram sem grandes modificações em 2018, período de eleições gerais.

Quando as perseguições e ataques a docentes se concretizaram, parte da imprensa catarinense deu suporte e noticiou esses casos, com falas de religiosos e políticos desqualificando o trabalho do(a) docente. O docente Pedro, homossexual, da disciplina de Arte de uma escola no norte do estado, propôs, em 2021, uma atividade que estava sendo trabalhada em sala de aula: a arte contemporânea. Como pano de fundo dessa atividade, os(as) estudantes escolheram como temática da proposta de intervenção artística na escola o tema “Somos Humanos”. Por iniciativa dos(as) estudantes, e não do docente, foi escolhida como intervenção na escola a diversidade humana e o respeito às diferenças, sobretudo, às sexualidades dissidentes. Essa intervenção foi realizada nas escadarias que dão acesso à escola com cartazes e faixas nas cores da bandeira da comunidade sexual dissidente, com os escritos “gay”, “lésbica”, “transexual”, “assexual”.

Conforme relatado pelo docente Pedro, não precisou de muito tempo para que a confusão se instaurasse, “através dos vídeos gravados pelos líderes religiosos, e os comentários de populares, além dos comentários que acompanharam publicações de reportagens feitas do caso”. Uma pessoa, ligada à política estadual, fez declarações na tribuna “denunciando” a “ideologia de gênero” promovida pelo docente, logo, outros jornais locais, inclusive religiosos, replicaram a notícia dando suporte à política, caso do portal do seguimento evangélico, já mencionado anteriormente, a Gospel Prime.

A ponte que liga religiosos e políticos no movimento antigênero em Santa Catarina é a imprensa e as redes sociotécnicas. Outro caso semelhante, é do docente de geografia, João dos Santos, homossexual assumido, embora nunca tenha discutido a questão de sua sexualidade na escola, na região do Vale do Itajaí. No início de 2023, João havia planejado uma aula para falar sobre direitos, e não era objetivo do docente abordar gênero, identidade de gênero e sexualidade. Porém, durante a exposição, um estudante o questionou sobre o uso de “todes” e o uso da linguagem inclusiva. Antes mesmo de João responder, outro estudante exclamou: “Olha, professor, isso é coisa de ‘viadinho’” (João). O docente, então, respondeu: “Não, não é assim, o que tu estás fazendo é preconceito”. Um estudante gravou a fala de João e divulgou num grupo de *WhatsApp*.

¹⁷ A nota completa pode ser acessada em: <http://campoere.com/noticias/7584/nota-pastoral-sobre-risco-da-ideologia-de-genero-no-plano-municipal-de-educacao>. Acesso em: 01 de out. 2023.

E a gente tem que garantir que os **direitos humanos**, que a **lei seja cumprida**. Então, naquele dia, a aula era falar sobre direito, o que pode, o que não pode ser dito e aproveitei ali e falei dentro de um contexto, e o que foi divulgado são 4 áudios, não tem todo o contexto [...] A ideia foi essa de respeitar mesmo a **individualidade** de cada um. Por isso que eu explico pra ele todo o contexto do gênero e seu histórico e social, os gêneros pela questão biológica, pela questão cristã. Coloco para alguns e faço essa observação, e que nos áudios [divulgados nas redes] aparece pouca coisa, mas não pega todo o contexto da minha fala. (João, grifos nossos)

Como função de um(a) docente, João percebeu e tentou apontar o que afeta nas individualidades desses jovens e não na coletividade, porque numa sociedade conservadora, o coletivo acoberta o sujeito que se quer ser e estar no convívio social. Essa fala do docente acabou sendo divulgada em grupos do *WhatsApp* criados pelos familiares e o docente foi acusado de “doutrinação” e de promover a “ideologia de gênero”. O áudio chegou até a políticos que utilizaram a frase descontextualizada para atacar o docente e persegui-lo nas redes. A mídia local também fez sensacionalismo em cima do caso, João aponta que nenhum veículo de comunicação da grande mídia o procurou para dar a sua versão dos fatos. Esse caso ilustra bem a ocorrência comum de pânico morais que surgem quando assuntos ainda considerados tabus se difundem em regiões mais interiorizadas. Um jornal local online destaca em sua manchete o caso de João da seguinte forma “Professor deixa aula de lado para debater ‘todes’ e causa revolta, em [nome da cidade]”. João sofreu ameaças nas redes e precisou se afastar da escola, pois alguns familiares estimularam a violência física contra o docente em grupos de *WhatsApp*.

Em nenhum dos dois casos apresentados, foram iniciativas dos docentes aplicar a atividade sobre o assunto sexualidade ou gênero, mas a desqualificação, a perseguição e a censura se deram ao profissional específico, ou melhor a **um** tipo de profissional. Embora não tenha sido o objetivo da pesquisa, percebemos um número significativo de ataques a docentes sexuais dissidentes, mas também àqueles(as) que trabalham temas dos direitos humanos, do feminismo e questões étnico-raciais. Em um mundo que não reconhece a diferença e percebe a homossexualidade como ameaçadora, o(a) sexual dissidente se torna uma ameaça ao tradicionalismo. Conforme nos mostra Apple (2003) os discursos contrários à diferença/diversidade são contra um tipo de docente: “A homossexualidade é uma ameaça à sagrada família e aos papéis de gênero que a constituem e que foram determinados por Deus. Pode poluir a cabeça das crianças e sua identidade enquanto cristãos” (Apple, 2003: 194).

Temos, a partir desses exemplos, uma crítica e desqualificação do conteúdo, mas também de quem discute o conteúdo. Quem é o docente, o que ele

inspira e reações que provoca, o que ele representa. É a partir disso que o pânico moral e sexual é construído e utilizado para que um determinado grupo, estrategicamente bem-intencionado e articulado, promova o controle de determinados espaços e de determinados indivíduos. Eis o grande objetivo do sintagma “ideologia de gênero”, que tem se tornado polimorfo, não é mais *apenas* o(a) docente que discute gênero e sexualidades dissidentes, mas é aquele e aquela que destoa de um grupo por suas posições políticas ou posicionamentos progressistas, por sua estética, por sua sexualidade. Aqui não se está referindo-se apenas a estética corporal, do comportamento e das vestimentas do(a) docente “perigoso(a)”, refiro-me também a docentes que trabalham com percepções e expressões artísticas como música, cinema, literaturas outras, que na visão do neoconservadorismo, estão contaminados por um suposto “marxismo cultural”.

Portanto, não é qualquer elemento, é um elemento específico: o homossexual, a lésbica, a feminista, a que expõe ideias de esquerda, a ateia. E esse elemento do “destoante”, como argumenta Foucault (2004), seja para bloquear a discussão de um assunto ou para em outro momento utilizá-lo em desabono, não é visto com a mesma repressão para aqueles e aquelas que são contrários ao gênero, que são homofóbicos e machistas em suas aulas ou que durante suas aulas defendem candidatos do x ou y espectro político ou minimizam as discussões de gênero.

Assim como o pânico moral e sexual é utilizado para reprimir a discussão, o ataque e a perseguição aos docentes é também uma estratégia de silenciar, pois como aponta o professor Sócrates, do Vale do Itajaí, é uma estratégia de silenciamento, e mais do que isso, é a autocensura do(a) docente. E silenciar com a autocensura é o objetivo de parte desses grupos que têm atacado a educação básica e os(as) docentes.

A exposição midiática promovida por conservadores(as) contra docentes que discutem essas temáticas, tem tido efeito contrário do que eles(as) esperam, que é o do receio em abordar o tema. Os diferentes tipos de ataques que docentes têm enfrentado, tem tido um efeito contrário do que esperam os agressores, que é o silenciamento ou até o abandono da docência. Isso não tem acontecido porque além de estes docentes estarem ancorados nas leis, normas e diretrizes da educação, têm recebido apoio de vários movimentos sociais e de entidades. Até mesmo em caso de afastamento, a desistência da docência não é uma opção para os(as) colaboradores(as) desta pesquisa.

Mariana, afastada por uma sindicância proposta pelo prefeito, que a perseguiu após a docente se expressar nas suas redes sociais afirmando ser uma professora feminista, não se vê atuando em outro lugar.

Eu estou na educação há 10 anos, desde que eu me entendo por gente, eu sempre quis ser professora, eu sempre quis estar na educação. Eu acredito que a educação muda, ela é oportunidade, eu acredito de verdade nisso. **Então, ser educadora é parte de quem a Mariana é, e, é parte do meu objetivo de vida, eu não vou deixar isso de lado, sabe? Eu pretendo voltar e pretendo voltar falando sobre as mesmas ideias e trabalhando isso dentro do meu dia a dia em sala de aula.** (Mariana, Professora Educação Infantil, Oeste. Grifos nossos)

Outra estratégia de docentes é o humor e a ironia como resistência a enfrentar o escárnio da ideologia antigênero. Esse humor ainda é mobilizado pelas próprias estudantes, como no relato abaixo:

Eu lembro que um dia eu cheguei na sala de aula e estava acontecendo uma discussão sobre a tal “mamadeira de piroca” e uma aluna que era bem contrária a essa visão disse para uma outra colega: “*e aí cadê o nosso kit gay, vamos distribuir? Vamos sair por aí distribuindo? Cadê o seu kit?*” [Risos], chegava a ser muito engraçado. (Ema, professora de História, Vale do Itajaí. Grifos nossos)

A ironia como forma de desqualificar o preconceito tem sido utilizado por docentes da mesma forma que neoconservadores fazem chacotas com *memes* sobre diversidade de gênero e sexualidades. O humor como forma de resistência com estudantes é uma interação de equilíbrio para transgredir (Seffner, 2020) barreiras e tabus sobre gênero e sexualidades na escola cisheterossexual.

De outra maneira, docentes sexuais dissidentes ao ocupar esses espaços, já estão questionando as estruturas locais. A escola é o encontro das diferenças, o lugar onde os iguais, historicamente discriminados (Pedro, 2005), se encontram e constroem resistências e acolhimentos. Muitos estudantes enxergam nos(as) docentes sexuais dissidentes ou naqueles(as) que discutem gênero uma oportunidade de se “reconhecer” no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao eliminar a possibilidade da discussão das diferenças de gênero e sexual em sala de aula e fora dela, automaticamente se está eliminando o jogo democrático, conquistado à duras penas no Brasil. Junto a esse movimento antidemocrático, o neoliberalismo aliado ao neoconservadorismo vê direitos e garantias como favorecimento de determinados grupos. Embora ataquem essas diferenças, esses grupos não se veem como antidemocráticos, pois defendem um sentido de democracia muito particular e restrito. Em Santa Catarina, esse ataque antidemocrático nas escolas está se normalizando. A vontade antidemocrática é que as discussões de gênero e de sexualidades dissidentes sejam privatizadas no espaço do lar, do “armário”.

Nos discursos da imprensa local e nas atas dos vereadores a função da família é manter o tradicionalismo local, indo ao encontro do tradicionalismo defendido por intelectuais, sobretudo, do neoconservadorismo. O estudo aponta que no estado catarinense a perseguição às sexualidades dissidentes e ao gênero é um método que atua na estigmatização, demonização e deslegitimação da sexualidade não cisheterossexual, logo, o(a) docente homossexual é o/a mais perseguido(a) pela sua “infiltração” nos valores familiares tradicionalistas.

Com todas essas perseguições, censuras e ataques, a plena liberdade de cátedra precisa ser resgatada por completo em um país que se diz democrático. Esses ataques não são motivados por questões técnicas ou científicas, ou ainda por melhorias na escola/educação, mas sim por motivações políticas e ideológicas na construção de capital político e simbólico.

E o Estado brasileiro não pode permitir que se utilize da educação para promoção de capital político e simbólico de determinados grupos. É um princípio fundamental da nossa constituição que precisa ser valorizado e não omitido, e que docentes que discutam essas temáticas, tenham apoio, redes de contato e garantias jurídicas que não serão silenciados(as).

A educação não pode estar vinculada a valores e interesses antidemocráticos.

REFERÊNCIAS

- Apple, M. (1997). *Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora*. Trad. Maria Isabel Edlweiss Bujes. Vozes.
- Apple, M. (2003). *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. Trad. de Dinah de Abreu Azevedo; revisão José Eustáquio Romão. Cortez. Instituto Paulo Freire.
- Biroli, F., Machado, M. D. C., Vaggione, J. M. (2021). *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos nas América Latina*. Boitempo.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Editora Filosófica Politeia.
- Cesarino, L. (2022). *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. UBU Editora.
- Conrad, S. (2019). *O que é História global?* Edições 70.
- Douglas, M (2012). *Pureza e Perigo*. Editora Perspectiva.
- Elias, N., Scotson, J. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Zahar.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade. Vol. 1: A vontade de saber*. Graal.
- Foucault, M. (2004). O Jogo de Michel Foucault (Entrevista). In M. B. Motta, (Ed.), *Ditos & Escritos V (Ética, sexualidade, política)*. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Forense.
- Herdt, G. (2009). Introdução: Pânico moral, direitos sexuais e raiva cultural. In G. Herdt (Ed.). *Pânico moral, pânico sexual: medo e luta pelos direitos sexuais*. Ed. Press.
- Machado, M. D. C. (2020). O neoconservadorismo cristão no Brasil e na América Latina. In F Biroli, M. D. C. Machado, & J. M. Vaggione (Eds.) *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos nas América Latina* (pp. 83-134) Boitempo.
- Marcus, G. (1995). Ethnography in/of the world system: the emergence of multisited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, (24), 95-117.
- Miguel, L. F. (2016). Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis* [en línea], 7(15), 590-621.
- Miskolci, R., Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, (32), 725-748.
- Miskolci, R. (2021). *Batalhas Morais: Política Identitária na esfera pública técnico-mediatizada*. Autêntica.
- Moll, R., Damasceno, R. P. C. (2020). Uma nação sob risco (de aprender): análise do pensamento neoconservador sobre a educação e a experiência no governo Ronald Reagan (1981-1989). *Práxis Educativa*, (15), 1-25.

- Pedro, J. M. (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História (São Paulo)*, 24(1), 77-98.
- Rubin, G. (2018). *Políticas do Sexo*. Ubu Editora.
- Seffner, F. (2020). Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. *Retratos da escola* (14(28), 75-90.
- Seffner, F. (2022). Em tempo de guerra todo buraco é uma trincheira. *Revista Estudos Feministas*, 30(2), 2-12
- Uziel, A. P.; Mello, L; Grossi, M. (2006). Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, 14(2), 481-487.
- Vaggione, J. M. (2020). A Restauração Legal: O neoconservadorismo e o direito na América Latina. In: F Biroli, M. D. C. Machado, & J. M. Vaggione (Eds.) *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos nas América Latina* (pp. 41-82) Boitempo.